

O poder corrompe?!

Telmo H. Caria

A afirmação sobre o falhanço das esquerdas em governar ou, como dizia Nuno Ramos de Almeida, no seu artigo no nº2 do Manifesto, "a impotência das esquerdas para mudar o poder", parece ser uma evidência tão ampla que quase todas as pessoas de esquerda tendem a subcreverê-la. Algumas pessoas de esquerda, mais cépticas, vão porém mais longe fazendo afirmações do tipo: "todo o poder corrompe!". Em resposta, outras pessoas de esquerda mais "optimistas" acrescentam que todo o poder corrompe quando não há projecto de mudança. Dando como certo que vivemos uma crise de projecto de esquerda (Nuno Ramos de Almeida também fazia esta afirmação), então poderemos dizer que, nesta fase de crise da esquerda, todo o poder corrompe, porque parece não haver um projecto alternativo de mudança protagonizado pelas esquerdas. Do meu ponto de vista, o argumento político que associa corrupção-poder-crise de projecto é circular e é ele que justifica uma cultura de esquerda exclusivamente centrada no protesto, avessa a implicar-se na governação.

Uma cultura de governação?

Penso que não é possível haver projecto de esquerda sem que dele faça parte o desenvolvimento de um pensamento sobre o modo como se vai exercer o poder (como se vai governar). Assim, projecto de esquerda implica duas vertentes: um imaginário-visão alternativa do mundo e um método de governação mais ou menos mitigado, que mostre como é possível hoje exercer o poder de modo diferente. Daí que subscreva os argumentos do artigo de José Guilherme (também no nº2 do Manifesto) quando este critica a desvalorização e a instrumentalização que algumas esquerdas têm dado à democracia política (e aos processos que ele descreve como essenciais na vida de um partido de esquerda) como exercício alternativo de poder. No essencial diria que José Guilherme nos fala de uma forma de exercício da autoridade que busca na acção a realização dos seguintes princípios práticos: (1) formalização escrita da experiência e do saber; (2) explicitação de princípios e de critérios de juízo e avaliação (e respectivas ponderações e relativizações comparadas); (3) transparência de processos no uso dos recursos e nos processos de decisão; (4) igualdade de tratamento formal (direitos e deveres) de todos os participantes, apoiando e estimulando aqueles que evidenciam altruísmo e compatência; (5) estímulo e incentivo à participação e à utilização dos recursos por aqueles que se situam nas periferias e nas "margens" sociais.

Dentro desta leitura, correrei o risco de fazer uma afirmação polémica: a crise-falhaço das esquerdas não é um problema de imaginário-visão do mundo. É, principalmente, uma falta de reflexão sobre os processos de (cultura de...) governação a implementar. As esquerdas falham os projectos de mudança, porque a sua mundovisão alternativa não se inscreve numa reflexão-acção sobre a cultura de governação que pretendem desenvolver, ou se quisermos, servem-se da cultura de governação vigente (implícita nas organizações da sociedade, incluindo a de partidos e de organizações não governamentais, ligadas ou não a movimentos sociais), partindo do pressuposto, errado e ingénuo, que esta pode ser instrumentalizada para outros fins ou que bastará ter fins justos para que os meios de acção e poder políticos sejam adequados.

Uma reflexão necessária?

As esquerdas desenvolvem um discurso crítico-abstracto sobre o poder nas nossas sociedades que nos deixa "desarmados" (por vezes em contradição connosco próprios) quando o poder passa a ser uma realidade quotidiana, particularmente quando exercemos no nosso dia-a-dia a autoridade sobre outros. Em consequência, a ideia de que "todo o poder corrompe", transforma-se numa expressão que legitima a ausência de reflexão sobre o exercício da governação pelas esquerdas.

Como José Guilherme mostrou (no artigo que atrás referi) as questões do exercício do poder pelas esquerdas não é só um problema que se coloque no momento em que alguma esquerda ocupa o poder central do Estado. É um problema que depende das escolhas sobre as formas de exercício do poder partidário e é também um problema, acrescentaria eu, que depende das escolhas sobre as formas de exercício do poder em qualquer organização da sociedade (pública, privada ou do 3º sector), quando pessoas de esquerda são chamadas, por eleição ou nomeação, a desempenhar cargos de direcção superior ou intermédia. É neste contexto que se torna determinante interrogar se as pessoas de esquerda que ocupam lugares de exercício de poder sabem estar à esquerda quando têm autoridade. Para o saberem tem que haver reflexão sobre como se pode exercer o poder à esquerda nas organizações em Portugal na actual sociedade.

Na minha experiência de vida nunca entendi como é que era possível afirmar-se que em Portugal existia uma crise de projecto de esquerda, pois sempre "tropecei" e continuo a "tropear" em factos e em experiências, minhas e de outros, que mostram quanto é "fácil" criticar e propôr processos políticos em qualquer organização que podem reconhecer-se como inseridas num projecto de esquerda. De facto as formas carismáticas, arbitrárias e paternalistas de exercício da autoridade em Portugal são tão dominantes que é "fácil ver" como pessoas de esquerda estão à direita a governar

organizações (refiro-me aos processos e não aos fins). Do meu ponto de vista, não se trata de uma questão de moralidade e de manipulação políticas (como os comunistas tendem a tratar o problema) ou de falsa consciência (como os revolucionários tendem a tratar o problema), trata-se de uma questão de cultura de governação que importa debater.

Lembro a este propósito uma série de entrevistas que um jornal diário nacional fez à cerca de dez anos num suplemento de verão, cujo conteúdo me surpreendeu. Uma das perguntas colocadas era do tipo: “se tivesse que contratar uma pessoa para ocupar um lugar de responsabilidade numa organização e tivesse que escolher entre um amigo e uma outra pessoa, qual escolheria?”. Quase todos os entrevistados, e particularmente as personalidades de esquerda, responderam, sem mais considerações, que escolhiam o amigo. Lembro, ainda, as palavras de alguém que recentemente tinha ocupado um cargo de direcção intermédia numa organização universitária e que entretanto tinha saído do cargo. Contava-me, essa pessoa de esquerda, as palavras de incentivo que espontaneamente alguns dos seus subordinados lhe tinham comunicado quando souberam que ele não iria recandidatar-se ao lugar. Uma funcionária administrativa dizia-lhe o seguinte: “sabe senhor professor, para nós é muito importante que a pessoa que manda saiba mandar, porque a maioria dos que passaram por aqui não sabem. Dizem o que querem, nós fazemos, mas depois criticam o que está feito. Ora eles não disseram como queriam, obrigaram-nos a fazer à nossa maneira e depois ainda nos humilham, quando calha. Se era tão importante fazer as coisas de uma certa maneira porque não dizem logo?!”. Um outro funcionário com mais responsabilidades dizia-lhe: “nós já sabemos que não decidimos, mas é muito diferente nós opinarmos e sabermos que estamos a ser ouvidos (mesmo que a decisão depois não vá no nosso sentido) ou opinarmos e sabermos que de nada adianta falar, porque é como se nem tivéssemos aberto a boca”. Julgo que estes episódios e outros, que poderiam multiplicar-se a partir da experiência de muitas pessoas de esquerda, podem (devem!) constituir objecto de reflexão sobre as práticas e as concepções de poder existentes em Portugal.

Estou convencido, a partir da minha experiência (limitada) pessoal de direcção em organizações, que a reflexão e debate sobre esta temática nas esquerdas pode ter três efeitos positivos: (1) mostrar que não há crise de projecto de esquerda no exercício do poder-autoridade em Portugal, desde que as esquerdas não tenham uma visão instrumental dos processos de democratização política das organizações; (2) mostrar que a melhor forma de estar à esquerda no exercício do autoridade é pensar o poder como um fim em si próprio, e não apenas como um meio de democratização do uso de recursos materiais-económicos ou simbólicos-cultura; (3) mostrar como o consenso político à

esquerda pode ser relativamente mais fácil do que parece, quando não começamos por discutir as mundovisões alternativas.

Em conclusão, proponho que haja reflexão e debate sobre as experiências possíveis de estar à esquerda no exercício do poder-autoridade nas organizações da sociedade actual em Portugal, a começar (como José Guilherme evidenciava no artigo que referi atrás) pelas organizações dirigidas ou conotadas com pessoas de esquerda ou projectos da esquerda.

Será que vamos continuar a **crer** que “todo o poder corrompe”? Será que vamos continuar a **silenciar** a autoridade que todos nós exercemos sobre outros nalguns aspectos do nosso dia-a-dia ?